

**ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**  
**28 DE ABRIL DE 2011**

**ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**REALIZADA A 28 DE ABRIL DE 2011**

No dia vinte e oito de Abril do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas, no salão da Junta de Freguesia de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão ordinária.

Os pontos constantes da Ordem de Trabalhos foram os seguintes:

- 1) Proposta de aprovação da acta em minuta;**
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara;**
- 3) Eleição do Presidente de Junta de Freguesia (bem como do seu substituto, também Presidente de Junta) que, em representação das Juntas de Freguesia do concelho, participará no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;**
- 4) Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2011;**
- 5) Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos à Gerência de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010.**

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- Francisco Aquilino Chibeles Mestre;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Luís Potes Pacheco;
- Marcos Júlio Calado Caleiro;
- Jacinto Manuel Sacristão Valente;
- Teresa Maria Pires Penetra;
- Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso;
- João Manuel Sim Sim Rosado;
- Ferminiano Joaquim Peixoto Grilo;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- José Francisco Seco Rato, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- João Henrique Carracha Garcia;
- Luís Miguel Fialho Duarte;

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores Paulo José Cachola Manzoupo e José Jacinto Bento Grave.

Mediante votação por escrutínio secreto, a mesa justificou por unanimidade a falta do membro Luís Miguel Fialho Duarte à presente sessão

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e salientou:

- O arquivamento por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja de dois processos relativos à eventual perda de mandato de dois membros desta Assembleia Municipal.

- Um esclarecimento enviado pela senhora Governadora Civil do Distrito de Évora acerca do transporte de doentes não urgentes, salientando que se encontra suspenso o Despacho n.º 19264/2010, publicado no Diário da República n.º 251, de 29 de Dezembro, na parte relativa à verificação das condições de insuficiência económica dos doentes, mantendo-se a aferição das situações “cl clinicamente justificáveis” e relevando apenas estas para a prescrição ou não do direito ao transporte.

- Um manifesto subscrito por diversas entidades promotoras, designadamente a FENPROF, a PRÓ-ORDEM, o SINAPE, o SIPE, o SIPPEB, o SPLIU, a CONFAP, a CNIPE, o STAL, entre outras, reivindicando mais investimento na Educação como forma de defender a Escola Pública.

A propósito deste manifesto o membro José Luis Pacheco disse que se há Governo que tem investido na Educação, tem sido o do Partido Socialista. No caso concreto de Viana também irá haver investimento na Educação, concretamente com a construção de um novo Centro Escolar para os ensinos Pré-Escolar e Básico, rondando os dois milhões de euros, incluindo o respectivo equipamento. Disse ainda este membro que estava também prevista a requalificação da Escola E.B.2,3/S Dr. Isidoro de Sousa, a qual não avança de imediato devido à conjuntura política que se vive. Disse este membro estar em total desacordo com o teor do manifesto sublinhando que de “uma assentada” estavam previstas duas empreitadas em Viana, na área da Educação. Na opinião deste membro o teor do manifesto é perfeitamente inoportuno pelo que deixa expresso o seu voto de protesto, referindo as considerações seguintes:

## **“1. Panorama geral**

O Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário previa intervenções em 332 estabelecimentos de ensino até 2015 num investimento global de 2,9 mil milhões de euros

Programa de Modernização das Escolas do ensino secundário totaliza já um investimento de 1303 (1.3 mil milhões) milhões de euros.

Uma das mais-valias deste projecto de modernização é que irá dotar todas as escolas com as condições necessárias em instalações e equipamentos adequados.

Estes investimentos, para além de melhorarem a qualidade da oferta educativa, as obras em questão estimulam a economia, ao proporcionarem postos de trabalho e rendimento para as empresas nas diversas actividades envolvidas, desde o projecto à conclusão da obra e equipamento do espaço.

**Citando a ministra da educação Isabel Alçada:** “os estabelecimentos do 1.º ciclo têm vindo a ser alvo de renovação, em parceria com as autarquias, envolvendo este programa 771 centros escolares.

De acordo com a ministra, estão concluídos 229 centros, representando um investimento de 750 milhões de euros, dos quais 220 milhões a cargo das câmaras municipais e 530 milhões financiados por fundos comunitários.

---

### **1. Investimento na educação: concelho de Viana**

É neste pacote de investimentos na rede pública que o município de Viana do Alentejo está prestes a adjudicar a Empreitada de Construção do Centro Escolar de Viana do Alentejo/Ensino Pré-Escolar e Básico, no valor de **1 875 000 €** com previsão de arrancarem os respectivos trabalhos durante o mês de Julho.

O parque escolar existente na freguesia de Viana do Alentejo é constituído por um Jardim-de-Infância, uma Escola Básica do 1.º Ciclo que funciona em dois edifícios distintos e distantes, com os custos associados a esta dispersão, quer materiais quer humanos, e uma Escola Básica e Secundária. À excepção desta última, os restantes edifícios datam da primeira metade do século passado, sofrendo, por isso, da erosão e desgaste causados pelo passar do tempo e duma total inadequação às finalidades da Escola actual. Os espaços não incluem estruturas indispensáveis, nomeadamente, biblioteca, ginásio, sala de expressão plástica, sala polivalente,

refeitório, recreios coberto e descoberto, sala de professores, gabinetes de trabalho, gabinete médico/isolamento e sala de atendimento a encarregados de educação. Estas escolas necessitam de grandes obras de requalificação, inclusivamente ao nível estrutural (electricidade, canalização, aquecimento, ventilação e ar condicionado).

O Centro Escolar receberá cerca de 150 crianças que frequentam duas escolas dispersas pelo aglomerado urbano desta freguesia, 30 do Jardim-de-Infância e 120 da Escola Básica do 1.º Ciclo

Esta intervenção permitirá concentrar e requalificar o parque escolar, aumentar o número de alunos por escola, diminuir as despesas de funcionamento e manutenção e, objectivo primeiro desta edilidade, melhorar as condições de aprendizagem das crianças da freguesia de Viana do Alentejo.

O projecto de construção do Centro Escolar de Viana do Alentejo contempla materiais de suporte educativo adequados, bem como um cuidado espaço envolvente, elementos de elevada qualidade arquitectónica e funcional, possibilitando um eficaz reordenamento da rede educativa local e contribuindo, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de aprendizagens dos alunos.

O espaço escolar é constituído por oito salas de aula destinadas ao ensino do 1º Ciclo e por três salas de aula destinadas à Educação Pré-Escolar. Estas salas são articuladas por espaços comuns, tais como, refeitório, polivalente, biblioteca, instalações sanitárias e recepção e por espaços personalizados, tais como, gabinete médico/isolamento, sala de atendimento e complemento de apoio à família e gabinetes de trabalho.

O projecto está preparado para acolher a “Oficina da Criança” que é um serviço municipal de apoio às actividades lectivas e de tempos livres, a funcionar desde de Fevereiro de 1996, sob a tutela da Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

Este serviço tem como meta contribuir para a educação global das crianças que a frequentam, através dos serviços que disponibiliza para a comunidade, proporcionando apoio às famílias, impossibilitadas de prestar acompanhamento às crianças após o horário lectivo.

## **2. Desde 2005 aumento de conflitos entre os sindicatos de professores e o governo**

Já no ano de 2005, o Executivo liderado pelo PS tinha reduzido de 1327 para 450 o número de professores que estavam fora das escolas a exercer funções sindicais, alegando que o Estado gastava anualmente com aquele conjunto de docentes cerca de 20 milhões de euros em salários. Mais tarde com a redução para 300, a verba dispendida desce para cerca de oito milhões de euros, segundo uma estimativa do Ministério da Educação.

Sobre o tecto máximo de 300 dirigentes sindicais a tempo inteiro, a Federação Nacional de Professores (Fenprof) acusou o Governo de "hipocrisia política". "Esta proposta do Ministério da Educação é inaceitável e tem um objectivo político: enfraquecer a Fenprof, que é a mais forte e representativa organização sindical docente, bem como os seus sindicatos", acusou a estrutura sindical.

### **1. FNE – Federação Nacional da Educação é composta por 10 sindicatos.**

- 1.1. Sindicato Dos Professores Da Zona Norte
- 1.2. Sindicato Dos Professores Da Zona Centro
- 1.3. Sindicato Democrático Dos Professores Da Grande Lisboa
- 1.4. Sindicato Democrático Dos Professores Do Sul
- 1.5. Sindicato Democrático Dos Professores Dos Açores
- 1.6. Sindicato Dos Técnicos Administrativos E Auxiliares De Educação Da Zona Norte
- 1.7. Sindicato Dos Técnicos Superiores, Assistentes E Auxiliares De Educação Da Zona Centro
- 1.8. Sindicato Dos Técnicos Administrativos E Auxiliares De Educação Da Zona Sul E Regiões Autónomas
- 1.9. Sindicato Democrático Dos Professores Da Madeira
- 1.10. Sindicato Dos Professores Nas Comunidades Lusíadas

### **2. FENPROF – Mário Nogueira - Federação Nacional dos Professores**

- 2.1. Sindicato dos Professores do Norte
- 2.2. Sindicato dos Professores da Região Centro
- 2.3. Sindicato dos Professores da Zona Sul

2.4.Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

2.5.Sindicato dos Professores da Região Açores

### **3. OUTROS**

3.1.Sindicato Nacional dos Professores Licenciados

3.2.Sindicato Independente De Professores E Educadores”.

O membro Teresa Penetra felicitou o membro José Luis Pacheco pela preparada intervenção que teve quanto a este assunto, uma vez que o mesmo foi apresentado nesta sessão, não tendo havido prévio conhecimento do documento de suporte. Na sua opinião as questões na área da Educação (como em muitas outras) não podem ser vistas de modo genérico, pois de Município para Município e de zona para zona há diferenças substanciais. Assim, essas diferenças deveriam ser tomadas em linha de conta quando se implementam medidas de intervenção pois quando não se têm em conta as especificidades locais, cometem-se grandes injustiças. Disse ainda o membro Teresa Penetra que o manifesto trata o assunto de modo genérico e é enviado para que este Município possa manifestar a sua solidariedade para com os Municípios que não conseguem ter um Centro Escolar como o Município de Viana do Alentejo irá ter. Disse que pela sua parte está solidária com esses Municípios.

Ainda a propósito de investimentos nas Escolas perguntou este membro se fará sentido realizá-los quando algumas dessas Escolas estão sinalizadas para encerrarem.

O membro Francisco Mestre, após ouvir a leitura do Manifesto, disse que concorda com algumas coisas que nele são transmitidas e discorda de outras. Disse ainda este membro que o membro José Luis Pacheco faz uma boa propaganda do Partido Socialista. Quanto aos investimentos em matéria de Educação que irão ser feitos no concelho, disse o membro Francisco Mestre que já o deveriam ter sido há muito.

O membro Sara Pajote, relativamente ao Manifesto, disse discordar também com algumas tomadas de posição nele expressas. Dizendo o membro Francisco Mestre que o investimento no Sector da Educação já deveria ter sido feito há muito tempo no concelho, o membro Sara Pajote advertiu para o facto de ter existido, por parte do PSD, um verdadeiro desinvestimento na Educação, neste concelho.

O membro João Antunes sublinhou que uma grande percentagem das despesas do Estado vão precisamente para a Educação. A este propósito exemplificou com as aulas de substituição, o Inglês no 1.º Ciclo, as aulas até às 17,30 horas, as actividades de enriquecimento curricular, a modernização do Parque Escolar com o recurso ao QREN, a reabilitação das Escolas Básicas e Secundárias por esse país fora, o “Magalhães”, o E-escolas e o E-escolinhas.

Destacou ainda o Programa “Novas Oportunidades” que visa qualificar os cidadãos em todos os níveis de ensino. Disse este membro que estes casos reflectem bem que a prática é precisamente contrária ao sentido do Manifesto e em resultado dessa prática têm-se alcançado os objectivos do decréscimo do abandono escolar, do acréscimo das competências básicas, da redução do absentismo escolar, entre outros. Referiu ainda o membro João Antunes que terminar de forma abrupta com o modelo de avaliação de desempenho, em desenvolvimento, foi “uma vergonha” e representa um mau sinal para a Sociedade Portuguesa. Disse ainda este membro que se os subscritores do Manifesto acham que o Partido Socialista não tem apostado suficientemente na Educação, então após as eleições de 5 de Junho talvez os Sindicatos fiquem mais satisfeitos.

O membro José Francisco Rato, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, disse que independentemente das melhorias que têm sido feitas nos edifícios escolares, os alunos continuam a ter que levar dinheiro para as fotocópias e material para as experiências para além de que nem todos têm acesso simultâneo aos computadores, que por vezes também não funcionam.

O membro Sara Pajote, a propósito do pagamento das fotocópias, disse que em Alcáçovas é pedida aos alunos uma resma de papel no início do ano que nada significa se se comparar com o pagamento mensal de cerca de setecentos euros que se verifica nos estabelecimentos de ensino privados.

O membro José Rato referiu ainda que a água consumida na pré-escola de Aguiar é dada pela Junta de Freguesia.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Manifesto em discussão deverá ser entendido a nível nacional e nesse âmbito foram feitas coisas boas, coisas menos boas e até coisas más. Contudo, em sua opinião, o balanço é largamente positivo. Verificou-se muito investimento a nível do “Parque Escolar”, a introdução das novas tecnologias, a implementação do modelo de avaliação, etc. Quanto a este último aspecto, disse o senhor Presidente da Assembleia que “deixar cair” o actual modelo sem que exista de imediato uma alternativa, é “uma catástrofe”. Disse ainda que existem aspectos menos bons que não se encontram referidos no Manifesto, nomeadamente o excesso de carga burocrática a que os professores estão obrigados. Referiu, por fim, não poder votar a favor uma vez que a forma como o Manifesto está escrito é altamente injusta.

Votado o Manifesto foi o mesmo rejeitado com dez votos, tendo-se verificado três votos a favor por parte dos membros Teresa Penetra, Jacinto Valente e José Francisco Rato e três abstenções por parte dos membros Vera Cardoso, João Rosado e Francisco Mestre.



No período de Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente pôs a votação a acta relativa à sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 2011, a qual foi aprovada por unanimidade.

Declarado aberto o primeiro período de intervenção do público, o senhor José Francisco Rato disse que não tinha sido distribuído na freguesia de Aguiar qualquer Edital de divulgação desta sessão da Assembleia. Pediu para que antes da marcação da sessão seja contactada a respectiva Junta de Freguesia a fim de assegurar a marcação do salão, uma vez que se encontram a decorrer cursos de formação.

A senhora D. Sara Pajote disse que também não foi recebido na Junta de Freguesia de Alcáçovas qualquer exemplar do Edital referente à alteração do P.D.M.

O senhor Francisco Mestre reportou-se à falta de água verificada na freguesia de Alcáçovas.

O senhor Presidente da Câmara informou que a explicação desse facto se encontra disponível no site do Município e foi distribuída em Alcáçovas. A empresa “Águas Públicas do Alentejo” está internamente a apurar o que se passou, pois a informação fornecida pelo sistema referente ao depósito era no sentido de que o mesmo tinha água, situação que não correspondia à verdade. Disse o senhor Presidente da Câmara que assim que a Empresa esclarecer a situação, essa informação será dada à população.

O senhor João Antunes, relativamente aos mupis e cartazes da força política CDU que se encontram por retirar no concelho, perguntou se já tinha sido contactada a estrutura partidária a fim de os retirar.

A senhora D. Teresa Penetra informou que essa indicação já foi transmitida e perguntou quais os que se encontram a prejudicar a mobilidade. O senhor João Antunes respondeu que em Aguiar os que mais prejudicam são os que se encontram junto ao passeio da Estrada Nacional e que em Viana são vários. O senhor Presidente da Câmara referiu que a Escola E.B.2,3/S Dr. Isidoro de Sousa já chamou a atenção para os cartazes que se encontram no passeio e impedem a mobilidade dos alunos.

O senhor Presidente da Assembleia sugeriu então aos eleitos pela força política CDU que façam uma insistência para que tão rapidamente quanto possível esses cartazes e mupis sejam retirados.

A senhora D. Teresa Penetra, relativamente às novas regras do QREN, perguntou como são vistas pelo Município essas alterações. Perguntou também que projectos se encontram aprovados e que outros se encontram previstos.

O senhor Presidente da Câmara informou que nos termos do segundo memorando de entendimento relativo ao QREN, os Municípios que têm a execução dos projectos mais atrasada são os que ficam mais prejudicados. No caso deste Município encontram-se aprovados os projectos do Centro Escolar, da Regeneração

Urbana (que inclui quatro sub-projectos dos quais apenas um tem execução física e financeira), da Rotunda da ZIVA, do Jardim do Altinho e da Agenda 21 Local. Embora a esta data não existam abertos avisos de candidatura, estão previstos projectos na área da iluminação pública e do Ciclo Urbano da Água. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que o que está a atrasar todo este processo é o impasse político que nesta altura se vive.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

**PRIMEIRO PONTO) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA – A** Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a acta em minuta no final da reunião.

**SEGUNDO PONTO) APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A** **ACTIVIDADE DA CÂMARA** – O membro João Antunes referiu-se à sessão realizada no dia 9 de Abril acerca da Agenda 21 Local. Realçou as vantagens da dinâmica de grupo neste assunto tão relevante para o concelho e fez um apelo à maior participação com especial incidência para os próprios eleitos da Assembleia Municipal.

O membro João Rosado disse que tem sido sempre sua prática participar activamente nas actividades para as quais é convidado mas nesta última sessão da Agenda 21 Local tal não foi possível por motivos da sua vida profissional. Disse considerar até quase uma falta de respeito estar-se a fazer esta chamada de atenção pois de certeza que se as pessoas não participaram foi porque tal não lhes foi possível.

O membro Sara Pajote disse, a este propósito, que gostaria de ter visto a freguesia das Alcáçovas mais representada nesta sessão, sublinhando que é um dever de todos os eleitos “prestar contas” a quem os elegeu.

O senhor Presidente da Câmara lamentou que na referida sessão, por parte da força política CDU, só tivesse estado presente o membro José Francisco Rato.

O membro Vera Cardoso recordou que aquilo que une os membros da Assembleia e é comum a todos é o bem do concelho pelo que em sua opinião não vale a pena um debate “tão aceso” sobre esta questão nem é oportuno que se esteja quase a indiciar que houve “algum conluio político” que se traduziu na não participação.

O membro Teresa Penetra salientou efectivamente a importância da participação nestes eventos mas não tendo uma maneira de trabalhar conflituosa, disse considerar desnecessária esta discussão tão exacerbada sobre as poucas presenças verificadas.

O membro Teresa Penetra disse que gostaria de perceber melhor os contornos da reunião realizada em Aguiar, entre a Câmara, a Junta de Freguesia e as Associações.

O senhor Presidente da Câmara referiu que pretendeu-se ganhar algum tempo e auscultar aquela freguesia para se perspectivar o que é que em termos de equipamentos colectivos se enquadraria no QREN. Dado que o terreno junto à Escola foi adquirido pelo Município, poder-se-á eventualmente pensar em lá construir um Centro Comunitário, a funcionar como espaço polivalente, ao qual se poderá acoplar uma parte desportiva. Nesta conformidade, pediu-se a um Técnico que elaborasse um esboço por forma a que fiquem cumpridos todos os pressupostos legais na eventualidade de surgir a possibilidade de uma candidatura. Disse ainda o senhor Presidente que tendo sido iniciada a revisão do P.D.M., continuam-se a desenvolver esforços para adquirir outro terreno junto ao campo de futebol pelo que as duas alternativas estão em estudo, paralelamente.

O membro Nuno Grave referiu que o projecto de requalificação do Paço dos Henriques deve ser visto como um investimento não só na freguesia de Alcáçovas mas sim no concelho de Viana do Alentejo. Disse este membro que o investimento que se faz na recuperação do Património nunca é um desperdício de verbas, pois jamais esta área deve ser menosprezada. Referiu ainda que os habitantes do concelho é que devem criar as condições e definir as estratégias para que não se deixe degradar o Património, não ficando à espera que o Poder Central faça tudo. Em sua opinião esta atitude passiva revela a falta de ideias e de estratégias que caracterizou a atitude dos responsáveis deste concelho nos últimos anos, constituindo uma grave lacuna.

O membro Teresa Penetra referiu que as verbas dispendidas tanto no património edificado como no património cultural constituem um bom investimento, pois destinam-se a valorizar bens preciosos para as respectivas populações.

O membro Marcos Caleiro referiu que na Informação sobre a actividade da Câmara vem mencionado que o senhor Vereador João Pereira tinha estado numa reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escola de Alcáçovas. Disse este membro que a Escola de Alcáçovas actualmente não se insere em qualquer Agrupamento, podendo eventualmente vir a ser agregada à Escola de Viana uma vez que só tem ensino até ao 9.º ano e os Agrupamentos têm do 1.º ano ao 12.º ano.

Pelo senhor Vereador João Pereira foi transmitido que o Município, através da Carta Escolar, poderá evitar esse Agrupamento.

**TERCEIRO PONTO) ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA (BEM COMO DO SEU SUBSTITUTO, TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) QUE, EM REPRESENTAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO PARTICIPARÁ NO XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES** – A Assembleia procedeu à eleição, mediante escrutínio secreto, do Presidente de Junta de Freguesia que, em representação das Juntas de Freguesia do concelho, participará no XIX Congresso da Associação Nacional de Municipios Portugueses. Com dez votos foi eleito o membro Sara Pajote, Presidente da Junta de

Freguesia de Alcáçovas. Verificaram-se ainda cinco votos para o membro José Francisco Rato e um voto em branco.

Com o propósito de eleger o participante suplente, foi desencadeada nova votação por escrutínio secreto, tendo sido eleito com dez votos o membro Joaquim Rodolfo Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. Verificaram-se ainda cinco votos para o membro José Francisco Rato e um voto em branco.

**QUARTO PONTO) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA O ANO DE 2011** – A Assembleia aprovou por unanimidade uma alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano em curso, consubstanciada na criação de um lugar de Assistente Operacional para exercer funções de Pedreiro num posto de trabalho a ocupar com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

**QUINTO PONTO) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS À GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO DE 2010 A 31 DE DEZEMBRO DE 2010** – O senhor Presidente fez o enquadramento dos Documentos de Prestação de Contas relativos à Gerência anterior. Sublinhou a introdução nos documentos de prestação de contas de um capítulo no qual são analisados os principais aspectos orçamentais e económico-financeiros e referiu que os documentos ficarão disponíveis no site do Município após a respectiva aprovação pela Assembleia Municipal. Disse ainda o senhor Presidente: “Também numa perspectiva orçamental e em termos de execução global, as receitas totais apresentaram uma execução superior às despesas. Todavia, ao nível da execução corrente e à semelhança de 2008 e 2009, as despesas apresentaram uma execução superior às receitas. Em 2010, este diferencial foi superior ao dos anos anteriores, o que transportado para a vertente económico financeira originou a apresentação de um resultado líquido negativo de 653.715,10 € acima do obtido em 2009, também negativo, no montante de 188.934,69 €. Na origem deste resultado esteve essencialmente o comportamento da execução corrente, tendo-se verificado um crescimento da despesa de 7,39% (o crescimento em 2009 tinha sido de 6,25%), contra uma redução da receita de 3,2% (enquanto que o crescimento da receita em 2009 tinha sido de 10,5%). Destacamos neste aspecto a redução dos impostos directos (IMI/IMT...) na ordem dos 24% e dos impostos indirectos, na ordem dos 80%. Podemos afirmar que o resultado líquido de 2010 seria idêntico ao de 2009, caso se mantivesse a taxa de crescimento da receita corrente do ano anterior. No que diz respeito ao crescimento da despesa e de uma forma muito genérica, podemos referir que a mesma esteve directamente relacionada com um aumento de actividade geral, transversal às diversas áreas. Por outro lado, determinadas despesas resultaram de imposições legais e funcionais, como é o caso da Reorganização dos Serviços Municipais, da Implementação da Contabilidade de Custos, do funcionamento de novos equipamentos municipais e outras mais não

foram que 'investimentos necessários e inadiáveis' no nosso concelho, para atingirmos o nosso objectivo principal que é a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes: caso da Agenda 21 Local e Plano de Desenvolvimento, das despesas de Educação, no Ambiente, na área social, nas transferências para as freguesias, etc.. Evidentemente que este acréscimo de actividade levou à necessidade de um acréscimo de despesas com pessoal. Apesar da conjuntura actual e sem nunca perdermos de vista o nosso objectivo principal, já referido no parágrafo anterior, pretendemos ajustar algumas rubricas orçamentais, através de uma análise cuidadosa das mesmas e da aplicação de eventuais medidas de ajuste. Para concluir cito um excerto do livro 'Como Gerir bem a sua Autarquia', editado pela empresa Omnisinal. «Dada a natureza da actividade desenvolvida pelas Autarquias, a avaliação da sua acção não pode ficar restringida ao Resultado Líquido do Exercício obtido, exigindo uma avaliação da natureza sócio-económica, o que implica o aprofundamento da análise das aplicações realizadas no exercício...».

O membro José Francisco Rato, relativamente às transferências para as Associações do concelho, disse que existem grandes diferenças, situação que em sua opinião deveria ser revista.

O senhor Presidente da Câmara disse que os Regulamentos de Apoio às Actividades Culturais e Desportivas estão longe daquilo que se deseja e embora tenham sido introduzidos alguns ajustes, não foi modificada a filosofia subjacente aos mesmos. Embora se esteja a introduzir um maior rigor na apreciação dos pedidos e na verificação documental, o propósito continua a ser "não gorar as expectativas das Associações que tenham assumido determinados compromissos".

O membro Teresa Penetra disse que embora consciente de que tal facto onera o orçamento municipal, acha que grande parte das Associações do concelho merecem continuar a ser apoiadas, quer porque fomentam a prática desportiva nos mais jovens quer porque levam o concelho de Viana do Alentejo mais longe, a nível cultural.

O senhor Presidente disse que vai ser necessário reflectir sobre a orientação que se pretende dar a esta matéria tendo em conta que é absolutamente indispensável reduzir valores. Disse ainda que, a título exemplificativo e apenas para conhecimento, enquanto que o Município de Viana do Alentejo transferiu 374.000,00 € para as Associações, o Município de Vendas Novas transferiu 300.000,00 € e o de Vila Viçosa 265.000,00 €. Disse ainda o senhor Presidente que o investimento que tem sido feito pelo Município na vertente desportiva tem dado frutos a nível de conquista de campeonatos, taças, etc. restando saber se haverá condições para se poder manter o nível de apoio e se todas as Associações aproveitam devidamente esse apoio.

O membro Teresa Penetra disse concordar com o apoio para as actividades meritórias de algumas Associações devendo contudo existir rigor quer na instrução dos pedidos de apoio quer na verificação da execução das actividades. Também este membro, referindo-se ao acentuar do resultado líquido negativo de 2009 para 2010, disse que por ocasião da sua participação nas reuniões de Câmara, como Vereadora, recorda-se do que o senhor Presidente da Câmara referiu na reunião de 6 de Abril de 2010, a propósito do resultado líquido (negativo) do exercício de 2010:

“O resultado líquido negativo pelo segundo ano consecutivo não o deixa tranquilo, pois embora se ouça dizer que a situação financeira do Município é boa (e numa perspectiva puramente financeira é verdade) a realidade é que independentemente disso os munícipes desejam e têm direito a ter qualidade de vida e isso não lhes pode ser proporcionado com a tal “boa situação financeira”. Assim, para que a Câmara possa ir ao encontro dos objectivos das pessoas, é necessário ter outras acções que não são compatíveis com uma situação financeira folgada”.

Perguntou este membro ao senhor Presidente o que tenciona a Câmara fazer a fim de inverter esta situação.

O senhor Presidente da Câmara, a este propósito, referiu que já o ano passado tinha dito que para se poder aumentar a qualidade de vida das pessoas é necessário realizar mais acções e foi precisamente isso que se fez em 2010. Disse que num desdobrável inserido no jornal “Diário do Sul” vinha a listagem dos Municípios que dispõem da Agenda 21 Local e nele não consta o Município de Viana do Alentejo. Assim, é evidente que ou se proporciona qualidade de vida às pessoas e para isso tem que se gastar dinheiro ou não se coloca isso como prioritário. As melhorias na qualidade de vida têm que ter forçosamente repercussões nos custos e é uma realidade que actualmente os alunos são transportados de autocarro para o almoço, envolvendo isso a ocupação de um motorista, de três acompanhantes, de custos do combustível... É também uma realidade que a Oficina Domiciliária teve 16 pedidos em 2009 e 61 em 2010 o que se traduz num acréscimo de despesa de mais de oito mil euros... É também uma realidade que a Piscina de Alcáçovas para estar em funcionamento necessita de pessoas e de manutenção....

O membro Sara Pajote, na sua qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, disse que existe um Regulamento de Apoio Financeiro naquela freguesia tendo sido solicitadas às Associações, no início do ano, sugestões para alteração, as quais não foram apresentadas. Disse este membro que os Autarcas também devem ter a preocupação de fazer perceber a necessidade de se apostar na qualidade e no rigor da atribuição das verbas.

O membro João Rosado referiu que as Associações terão que se adaptar às restrições que forem impostas.

Votados os Documentos de Prestação de Contas foram os mesmos aprovados com dez votos a favor e as abstenções dos membros Francisco Mestre, Teresa Penetra, Vera Cardoso, João Rosado, Jacinto Valente e José Francisco Rato.

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período de intervenção do público.

O senhor Bruno Borges reforçou a intervenção do membro João Antunes quanto à fraca participação na sessão da Agenda 21 Local. Disse que estando a ser definida a estratégia de desenvolvimento sustentado para o concelho, não é uma questão menor desejar que o envolvimento e os contributos da população sejam uma realidade. Disse ainda este munícipe estranhar não ter existido um contacto por parte dos membros da Assembleia que não estiveram presentes a solicitar a respectiva documentação.

A minuta relativa à presente acta foi aprovada por unanimidade tendo o senhor Presidente da Assembleia declarado encerrada a sessão às zero horas e trinta minutos.

Aprovada a 17 de Junho de 2011.

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---